

ENTRE A COMUNIDADE E A CIDADE: DESLOCAMENTO E TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE MULHERES INDÍGENAS NA CIDADE DE BOA VISTA/RR¹

Melina Carlota Pereira - UFRR

Nathalia Bianca da Silva Martes – PPGANTS/UFRR

Resumo: Tendo em vista que o contexto urbano da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, possui uma presença significativa de indígenas de diversas etnias, o presente trabalho tem como objetivo mostrar as experiências sociais de mulheres indígenas que passaram por processos de deslocamento entre suas comunidades localizadas na Guiana para o Brasil, fixando residência em Boa Vista e construindo suas trajetórias pessoais e coletivas. Os dados coletados partem das entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres indígenas das etnias Macuxi e Wapichana, que saíram de suas comunidades de origem por diversos motivos, dos quais se destacam a busca por educação, trabalho e melhores condições de vida. São mulheres que vivem na capital roraimense desde a década de 1980/1990, e que narram experiências vividas entre o deslocar e o viver dentro do contexto urbano, destacando a chegada à cidade e a inserção no trabalho doméstico, bem como a entrada no espaço de vivência coletiva e sua participação em associações indígenas que estimulam a reprodução de manifestações culturais.

Palavras-chave: mulheres indígenas, trajetórias sociais, deslocamento.

Introdução

A cidade de Boa Vista, capital de Roraima, é um lugar caracterizado por uma grande diversidade cultural e étnica que, por isso mesmo, acaba por se tornar um local de lutas por visibilidade social entre os grupos ali existentes. Nesse cenário, os povos indígenas também procuram se afirmar perante a sociedade envolvente, utilizando-se de várias estratégias na busca por visibilidade. Ser indígena da cidade² significa enfrentar

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Termos como índios urbanos, índios citadinos, “cabocos”, desaldeados, entre outros são comumente utilizados, principalmente por não-indígenas e agentes do Estado, para caracterizar os indígenas que vivem

inúmeros desafios na luta pela garantia de direitos reconhecidos por leis e tratados, como na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, a cidade também se apresenta como um lugar legítimo para a manifestação da indianidade, no exercício de saberes e práticas culturais, e como um desafio na construção de uma vida digna. Ainda, a presença indígena no contexto urbano é um assunto que diz respeito mais às organizações não governamentais do que a governos, que se traduz na ausência de políticas públicas voltadas aos índios que vivem na cidade.

Os indígenas que vivem em Boa Vista são representantes de povos que têm uma longa experiência de contato com a sociedade envolvente. Habitantes de uma tríplice fronteira, Brasil/Guiana/Venezuela, desde a segunda metade do século XVIII, enfrentam processos de violência, escravização e territorialização (FARAGE, 1991). Com o advento dos Estados nacionais, esses povos foram encapsulados em fronteiras nacionais, com regras que dificultavam seus deslocamentos por territórios que antes eram de livre acesso, pois seguiam outras lógicas, como aquelas do parentesco, dos rituais, das trocas de objetos e matrimoniais, entre outras (RIVIÉRE, 2005). Todavia, apesar das regras impostas pelos Estados nacionais, os povos indígenas continuam os deslocamentos que seus ancestrais costumavam fazer.

O deslocamento de indígenas para a cidade de Boa Vista é, na maioria dos casos, motivado pela busca de trabalho, assistência à saúde, educação superior e outros; ademais, a vinda para a cidade tem ocasionado a eles situações de discriminação e preconceito, relativos ao seu modo de vida, moradia precária em bairros periféricos e dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais (SOUZA e REPETTO, 2007; FERRI, 1990).

Esse artigo tem como objetivo mostrar as experiências sociais de mulheres indígenas Macuxi e Wapichana, membros da Associação Cultural Indígena Kapóí, que se deslocaram de suas comunidades localizadas na Guiana rumo a cidade de Boa Vista, entre as décadas de 1980 e 2000, onde fixaram residência e construíram suas trajetórias pessoais e coletivas. Os dados apresentados resultam da experiência de pesquisa entre os anos de 2014 e 2016 na referida associação.

fora de suas aldeias. Procuo utilizar o termo indígenas da cidade por ser dessa forma que os indígenas se definem em meio ao contexto urbano, de acordo com a Organização dos Indígenas da Cidade – ODIC.

As mulheres apoiam suas sobrevivências, principalmente, no emprego doméstico e na produção de artesanato; este último é um dos recursos utilizado por indígenas como meio de subsistência ou complemento de renda, além de ser uma das estratégias de afirmação de identidade dos povos indígenas. Realizou-se entrevistas semiabertas (em forma de narrativas biográficas) com grupo de mulheres nas visitas feitas a sede da associação, nos dias que ocorriam os encontros destinados a confecção do artesanato.

A Associação Cultural Indígena Kapóí foi criada, em 2009, por três indígenas, com o intuito de estimular a produção das práticas culturais indígena no contexto urbano em que vivem. Em comum com outras organizações indígenas, a Associação Cultural Indígena Kapóí, luta por direitos aos povos indígenas de Roraima através de manifestações culturais.

A vinda para cidade: motivos e circunstâncias para o deslocamento

As mulheres indígenas entrevistadas resgatam na memória o motivo que as levaram a se deslocar a primeira vez para o lado brasileiro. De maneira comum e sem entrar em detalhes, todas as mulheres vieram para o Brasil com a intenção de trabalharem em casas de família como empregada doméstica. As circunstâncias de deslocamento de cada uma são específicas, no entanto percebemos que em grande parte vem acompanhadas de seus pais ou cônjuges, seja a pé, de bicicleta ou de carona.

De acordo com trabalhos que se dedicaram aos povos indígenas na região da fronteira Brasil/Guiana (SANTILLI, 1989; FARAGE, 1994; BAINES, 2012), os indígenas atualmente procuram o lado brasileiro, não apenas em busca de emprego, porém também em busca de uma qualidade de vida, uma vez que o Brasil dispõe de melhores condições de assistência, se comparado com a Guiana, onde políticas públicas direcionadas aos povos indígenas ainda são incipientes ou em construção.

O deslocamento indígena acontece motivado por muitos fatores, em grande parte, o contexto de deslocamento das mulheres indígenas entrevistadas tem entre os motivos, a escassez de bens e serviços nas terras indígenas. De acordo com as mulheres, as comunidades de origem sofriam com a falta de oportunidades de trabalho, pois lá a roça e a criação de animais é único meio de subsistência. No entanto, a falta de feiras próximas das comunidades e por não possuírem meios de levar sua produção para a cidade mais próxima tornava a vida “difícil”, não tendo recursos para adquirir bens essenciais como

sal, açúcar, roupas, material escolar dentre outras coisas destacadas por elas, além de apontarem a incipiência de políticas públicas direcionada para a população indígena na região.

O lado brasileiro é fácil e mais perto se comparada a capital da Guiana Georgetown, e, além disso, ir até a capital torna-se difícil por não haver linhas de ônibus, saindo da região fronteira que faça esse trajeto. Destaca-se ainda as condições diferenciadas de assistência no Brasil, como já foi destacado. Baines (2012) entrevistou indígenas que vivem em Lethem (Guiana) e comunidades vizinhas, nas quais muitos indígenas demonstraram a insatisfação com governo da Guiana e não veem futuro para os povos indígenas, além disso: “e olham para Brasil como um grande sucesso econômico para escaparem da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e interétnicos” (Baines, 2012, p. 146).

Antes de optarem por se fixar de forma permanente em Boa Vista, algumas mulheres transitavam constantemente entre a comunidade de origem e a cidade, ora cuidava da roça, ora exercia afazeres domésticos ou ajudava o marido nos empregos que conseguia na capital roraimense e em fazendas próximas da cidade.

O deslocamento de mulheres indígenas da comunidade para a cidade também alavanca mudanças nas relações de gênero, onde o contexto urbano acaba possibilitando novas experiências e novos modos de vida. Mediante essa situação, as mulheres procuram se equipar de estratégias para sobreviver e preservar seus modos culturais em meio a sociedade nacional. De acordo com Lasmar (2005), a comunidade e a cidade representam, para os índios, modos distintos de existência que organizam modos de vida diversos. Segundo ela, o deslocamento de indígenas para a cidade é um fato que está a cada dia se tornando mais intenso e enfatiza essa questão importante: “De todo modo, se o processo de deslocamento para a cidade é um fato, isso não subtrai da vida em comunidade o papel de referência simbólica.” (LASMAR, 2005, p.145).

Nos processos de deslocamento, a chegada à cidade ainda é incerta, de tal forma que as mulheres procuram os parentes que já residem nesse espaço para dar início a suas vidas no contexto urbano. Todas as mulheres indígenas entrevistadas tinham familiares que já residiam na cidade ou em comunidades próximas. É com o apoio dos parentes que as recém-chegadas à cidade podem contar para ter um lugar para ficar e conseguir emprego. A oportunidade de contar com um parente facilita suas inserções no contexto urbano, e logo começam a trabalhar em empregos que os parentes lhes indicam. Antes

mesmo de se estabelecerem na cidade, recorrem a parentes que vivem em comunidades próximas à capital roraimense, como as da Terra Indígena Serra da Lua, no município do Cantá. Sobre essa situação Melo (2013) destaca:

“Em relação às famílias indígenas que atualmente se fazem presentes na cidade, atentamos para o fato de que as mesmas disponibilizam suas casas para aqueles que, por diversas razões, necessitam sair de suas comunidades e se estabelecer temporariamente em Boa Vista. A existência das instituições e organizações voltadas para a defesa dos indígenas cuja sede se encontra na capital, também se mostram fator de constante fluxo entre a comunidade e a cidade.” (MELO, 2013, p. 127)

É constante esse contato entre as fronteiras Brasil/República Cooperativa da Guiana que os indígenas fazem questão de manter. Em períodos de fim de ano e férias também é comum ver jovens e crianças passando temporadas em Boa Vista, mas também ocorre o inverso, dos que vivem na cidade de irem para o “interior”, termo que usam para designar as comunidades que estão em áreas rurais e terras indígenas demarcadas, de tal forma, os laços familiares são sempre renovados e o modo de viver em comunidade nunca é esquecido. É perceptível através das falas das mulheres a importância e a força que tem os laços de parentesco indígena no contexto urbano.

O fato de poder contar com o apoio de algum familiar também pode ser considerado como um fator responsável pelo processo de saída da comunidade para o contexto urbano, e nesse novo espaço a família se torna rede de apoio, onde a casa do parente se torna um espaço que dá sentido às relações familiares, que de acordo com Marcelin (1999) se torna uma referência permanente para os recém-chegados e uma matriz simbólica da coletividade familiar. Nesse novo contexto as mulheres passam a reconstruir suas relações e identidades de gênero, passando a desenvolver novas atividades sociais na cidade. Logo, estando elas na cidade, faz-se necessário aprender a viver de acordo com as regras desse novo espaço. Algumas questões que elas buscam no meio urbano são conquistar o direito à educação e à saúde diferenciadas, bem como obter os mesmos direitos dos indígenas que moram nas comunidades, além de ter sua identidade de gênero reconhecida.

Ser mulher indígena: lembranças da comunidade

Estando na cidade, as mulheres indígenas entrevistadas narram as lembranças de suas vivências em suas comunidades de origem, na Guiana, como, talvez, uma forma de

externar a saudade por meio de recordações do lugar de onde vieram e das experiências que ali viveram. De acordo com Lasmar (2005) a comunidade é um espaço de sociabilidade, onde os valores de parentesco sustentam as relações de convivência, onde os moradores se concebem como um só corpo simbólico e frisa que “todos devem se tratar como parentes, isso significa, antes de mais nada, compartilhar alimentos, bens e propósitos” (LASMAR, 2005, p. 66).

Assim, em suas narrativas, foi evidenciado que na comunidade as mulheres são ensinadas desde pequenas a como dominar os afazeres domésticos e cuidar da roça, são ensinamentos muito importantes, pois a partir daí elas podem construir suas vidas e se tornarem adultas responsáveis e aptas para a vida conjugal, dominando habilidades necessárias para quando casarem, como fiar, fazer damurida³, fazer beiju, farinha, caxiri⁴, entre outras coisas pontuadas pelas mulheres indígenas. A esfera doméstica para as mulheres indígena é um lugar de poder, lugar de seu domínio, pois poder alimentar sua família, é visto por muitas mulheres como algo prazeroso e de prestígio.

A transmissão dos saberes para as crianças é a chave da conservação da tradição indígena, que são conhecimentos produzidos de forma coletiva e transmitidos oralmente de uma geração a outra. É pelos seus conhecimentos que são respeitados enquanto pessoas pertencentes à comunidade específica, como Geertz (2008) salienta: é o domínio de um código socialmente estabelecido. Por isso que os mais velhos são os mais respeitados, porque tem mais experiência e mais conhecimento.

Nas comunidades, em geral, a identidade sexual e a relação entre os indígenas é marcada pela divisão das atividades produtivas. Os homens são responsáveis pela caça e pesca, pela derrubada e preparo das roças; as mulheres, pelo plantio dos alimentos e pela confecção da comida cotidiana e ritual. As atividades diárias e de trabalho no cotidiano indígena são divididos sexualmente porque tal divisão de tarefas nas sociedades indígenas, como observa Lasmar (2005), “viabiliza a matriz simbólica para a formação de identidades sexuais”, até para casar existem tarefas que são de domínio feminino e tarefas de domínio masculino, provindas das relações de gênero.

Além disso, todas relatam ter boas memórias sobre viver na comunidade por conta da liberdade de falar a língua materna, de banhar-se no rio, de comer suas comidas tradicionais, de dançar *Parixara* e de viver como parente; porém, apesar de tudo, a vida

³ Caldo de peixe moqueado excessivamente apimentado.

⁴ Bebida fermentada proveniente da mandioca.

“difícil” presente no discurso de grande parte delas, relacionado a falta de emprego e de boas condições de vida, foi um dos grandes motivos para saírem de suas comunidades para cidade.

A identidade de gênero é colocada aqui dentro de contexto social, como já foi discutido. O deslocamento para cidade traz mudança nesta identidade, na adaptação e quando passam a ser vistas como trabalhadoras domésticas remuneradas é que veremos no próximo tópico. Viver na comunidade é estar perto de suas origens, de suas “tradições” e costumes, é isso o que as mulheres procuram evidenciar ao lembrar da vida em seus locais de nascimento; no entanto tal lugar também apresenta limitações aos seus anseios pessoais de conhecer lugares e ter novas experiências.

As experiências das mulheres indígenas no contexto urbano de Boa Vista

Ao chegar à Boa Vista, as mulheres indígenas passam por muitos desafios e estranhamentos, e nos relatos das entrevistadas é possível perceber o esforço que fizeram para se ajustarem ao contexto urbano e aprenderem a viver no mundo dos “brancos”. A língua, os trabalhos de baixa remuneração, quase sempre no âmbito doméstico, vivendo em bairros periféricos, com precariedade de assistência médica e saneamento básico, e, sobretudo a estigmatização e o preconceito social são alguns dos desafios e barreiras que estas mulheres tentam superar e conseqüentemente se afirmarem enquanto mulheres e indígenas.

A língua é um dos primeiros desafios comum a todos os indígenas, que saem da Guiana para o Brasil, no início da vida urbana. As mulheres narram que chegaram na cidade sem saber falar uma palavra em português e aprenderam em convívio com as famílias ao qual prestavam serviços domésticos. Inicialmente, por não saberem falar o português, elas evidenciam em seus relatos que só gesticulavam, apontavam para indicar algo ou balançavam a cabeça afirmativa ou negativamente. Mas só isso não era o suficiente para se comunicar, elas necessitavam aprender a falar a língua nacional. De qualquer maneira, a língua se torna uma barreira que a impede de se comunicar na cidade brasileira, principalmente quando começam a realizar o trabalho em casa de família. Assim, o silêncio se torna uma forma de contornar o sofrimento considerado extraordinário (Cf. Das, 2009), advindo da discriminação constante.

A dificuldade não se resume apenas em aprender a língua, outra questão que apresenta mudança são os hábitos alimentares - na comunidade elas costumam comer damurida, farinha, beijú, animais de caça e peixe, enquanto que na cidade elas aprendem a comer a comida dos não indígenas. Mesmo agregando novos hábitos, para elas, comer os seus alimentos exerce uma influência significativa para o corpo e o espírito. Comer pimenta ajuda o corpo a ficar fortalecido e evita muitas doenças. Chamo atenção para a noção de doença dentro do mundo indígena, que diferentemente da visão ocidental, a doença acontece quando algo não vai bem entre corpo e o espírito, para melhor esclarecer, por exemplo: desmaiar significa doença, ter dor de cabeça é sinal de doença, ter fluxo intenso menstrual não é normal na concepção das mulheres indígenas.

Na cidade, praticamente a única oportunidade de trabalho que as mulheres indígenas encontram é em casas de família, tais como: diaristas, cozinheiras, babás, empregadas domésticas e como caseiras em chácaras e fazendas próximas de Boa Vista. Em sua grande maioria são oportunidades indicadas por parentes que já residem a mais tempo na cidade.

O salário que recebem não corresponde às normas trabalhistas, além de ser comum receber roupas e alimentos, em vez de uma remuneração condizente, em troca dos serviços prestados. Todavia, obedecer aos patrões é garantia de manter o emprego para sobreviver na cidade. Em muitos casos, por não ter conhecimento do mundo dos “brancos”, restam-lhe se subordinar a eles, concordando em exercer o serviço com longas jornadas de trabalho, ora morando na casa da família, sobretudo as mulheres indígenas solteiras, e receber salários abaixo do que é considerado o mínimo, não condizente com as leis trabalhistas, e se submetendo a todo tipo de situação.

Para os indígenas que moram na Guiana, possuir a identidade brasileira é considerado um prestígio, pois garante, no Brasil, a possibilidade de acesso aos serviços de assistência governamental que na Guiana não são considerados suficientes. Esse fluxo transfronteiriço movimenta a dinâmica das fronteiras sociais, como também é um elo para que a identidade étnica seja afirmada para o acesso ao outro lado da fronteira.

A confecção e comercialização do artesanato, tanto em casa quanto dentro das associações, gera uma pequena renda que ajuda nas necessidades básicas das famílias dessas mulheres. Com isso elas passam a ter controle sobre seu tempo e recursos financeiros, ajudando com a renda de seus trabalhos, situação não tão diferente no

contexto da aldeia, onde a família nuclear é responsável pelo sustento de todos os membros familiares (RIVIÉRE, 2001), no caso da região da Guiana.

Décadas atrás, em diversas situações, principalmente em convívio com os não índios, o pertencimento étnico era omitido por parte dos próprios indígenas, sob circunstâncias de preconceito e discriminação. Para Ferri (1990) o problema desta realidade estava na própria cidade que subjugava os povos nativos e forçava-os a reprimir o que os tornam diferente, submetendo-se à condições de imposição e preconceito. Nesse aspecto, as mulheres contam as formas de preconceito que enfrentam associado a imagem do índio estereotipado, que por algum tempo fez com que elas negassem suas origens étnicas para serem aceitas no contexto urbano. A maneira como a população indígena é concebida no imaginário nacional é fruto da estigmatização que contrapõem a vida na aldeia com a vida na cidade e “o processo de inserção no novo espaço social provoca confrontos frente a não aceitação da identidade étnica desses agentes sociais por parte dos não índios”. (MAXIMIANO, 2013, p.10), além disso, existe a ignorância relativa a processos históricos que resultam na mistura com populações negras, no caso do Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 1998).

A questão de ser indígena para a sociedade nacional é a construção de um estereótipo do cabelo liso, olhos puxados e quando se deparam com indígenas que não corresponde a esse estereótipo, não são considerados indígenas, além do fato de terem indígenas vivendo na cidade reforça a descaracterização como índios e passam a ser vistos como “civilizados”. Talvez analisando essas situações seria uma forma de negar que exista indígenas com outro fenótipo que não construídas pela sociedade. A ideia do senso comum é que a partir do momento que o índio entra em contato com a cidade e o modo de vida do não indígena, este perde sua essência e deixa de ser índio, pensado como um ser deslocado, e percebendo esse imaginário etnocêntrico que submete os indígenas a estigmas que perpassam séculos.

Umas das formas de enfrentar essas situações e lutar por visibilidade social se dá através de movimentos e associações indígenas, principalmente na cidade, que se tornam grupos ou espaços destinados ao compartilhamento de universos simbólicos e agrega também o desejo de poder transitar no contexto urbano sem ser obrigado a omitir a identidade étnica e assim superar as barreiras do preconceito. A omissão pode ser analisada como estratégia de resistência.

Agência feminina indígena: afirmação indígena na cidade

A ideia dicotômica de que a mulher está para esfera doméstica assim como o homem está para a esfera pública, se perde nesse novo espaço com novas transformações sociais, como deixa claro Vanessa Lea (1994) em seu artigo sobre os Kayapó, onde tal dicotomia é um tanto paradoxal, e que a suposta separação entre os dois sexos têm mais a conotação de complementaridade. Partilhando a ideia de Levi- Strauss sobre a noção de agente, a autora afirma que “[...] é enquanto agente que o indivíduo desempenha um papel na reprodução ou na transformação do seu mundo[...]” (LEA, 1994, p.87), e de tal forma as relações de gênero também estão inseridas nesse papel, que contribui na construção de uma estrutura social.

Por meio da experiência entre as mulheres Macuxi, Cavalcante (2013) mostra que as mulheres indígenas são agentes ativos, em particular no âmbito da comunidade e dos movimentos sociopolíticos. A inserção das mesmas nesses movimentos se deu a partir da articulação de organizações indígenas para tratar da demanda por territórios indígenas e essas organizações marcavam a presença da mulher inicialmente de forma tímida, quase sempre sem voz ativa, porém essa situação passou a se reverter e elas começaram a lutar e ganhar protagonismo. Sob o argumento de que a mulher indígena necessitava de representatividade por meio de uma organização específica, em 1999 foi criada a OMIR –Organização das Mulheres Indígenas de Roraima, proporcionando participação e voz ativa nas tomadas de decisão importantes para seus povos em todos os contextos, além de reivindicações específicas, articulando e fortalecendo o protagonismo feminino no campo político coletivo. Elas se tornaram também agentes decisivas em outras organizações, como no CIR –Conselho Indígena de Roraima por exemplo, ou exercendo outras atividades importantes, como professoras e agentes de saúde, e conseqüentemente passaram a atuar até mesmo como tuxauas de suas comunidades e a conquistar cargos políticos, como destaca a autora:

“Entre os povos indígenas da Amazônia, além das atividades tradicionais, como aquelas voltadas para o cuidado com a casa, crianças e as atividades nas roças, ressaltadas por R. Schomburgk em 1838, as mulheres passaram a ocupar novas (e renumeradas) atividades que se estabeleceram em suas comunidades (...). As novas funções ou atividades exercidas pelas mulheres, em grande medida, encontram-se articuladas às políticas públicas conquistadas pelos indígenas ao longo das últimas décadas. [...] Ao ocupar esses novos espaços de trabalho e ação política, as mulheres vêm transformando as relações com os homens, especialmente com os maridos, e as mulheres mais velhas que não

tiveram acesso à educação escolar. Não estou, no entanto, sugerindo que esse empoderamento surgiu com o contato, mas que a intervenção das políticas públicas, seja de origem governamental ou não governamental, tem impactado as relações de poder entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres (...).” (CAVALCANTE, 2013, p.102)

É no contexto da associação que essas mulheres se mobilizam com o objetivo de trabalhar respeitando a cultura e conhecimentos indígenas, além de ser um espaço político, onde se elaboram estratégias de fortalecimento social. Na Associação Cultural Indígena Kapóí, elas divulgam tais conhecimentos através da produção artesanal, dança do *Parixara*, culinária indígena como a damurida e beiju, da medicina tradicional como a defumação e produção de “garrafadas”.

No contexto atual da pandemia, as mulheres indígenas têm buscado alternativas de prevenção e cura por meio dos medicamentos tradicionais. Nas comunidades as mulheres indígenas têm se mobilizado para promover curso de medicinas tradicionais para distribuição de chás e garrafadas as pessoas. Na cidade, não foi diferente e as mulheres indígenas têm buscado estas formas de valorizar a medicina tradicional indígena.

A sede da associação Kapóí funciona como um centro de apoio através dos encontros e eventos que promovem a sociabilidade entre os parentes consanguíneos e afins. É lá que são feitos e/ou comercializados os artesanatos, beiju e farinha, e ainda ocorrem ensaios da dança *Parixara*. Vale destacar que a associação não é composta apenas por mulheres, no entanto, estas são o maior número de participantes, sempre atuantes.

O território que compreende hoje a cidade de Boa Vista, como já mencionado, já foi área de aldeias das etnias Paraviana, Makuxi e Wapichana, que viviam na região do Rio Branco, e nessa situação, o contingente de indígenas da cidade que vivem hoje no espaço urbano boavistense clama o reconhecimento de direito como antigos habitantes desse território (OLIVEIRA, 2016).

Numa outra linha teórica do discurso indígena ao tange a noção de território, as mulheres indígenas e não somente elas como dos demais povos habitantes alegam que são “índios sem fronteira”. Sem fronteira no sentido de reforçar o deslocamento dentro do mesmo território, uma prática milenar. E nesse sentido corroborando com o autor Santilli (1989) em sua análise a mobilização dos povos Macuxi, compreende que a categoria de migração não se adequaria, uma vez que a mobilidade não afetava a

densidade populacional. Logo, para as mulheres, a identidade indígena não se perde, o indígena pode ir para qualquer lugar do mundo que nunca deixará de ser indígena.

Ser indígena na cidade é confrontar toda uma ideologia construída a partir do imaginário da sociedade não indígena. Na verdade os indígenas negociam alguns elementos da cultura não indígenas, ou seja, na cidade há incorporação de costumes e valores urbanos, mas a persistência da vida na comunidade é entendida como manutenção da cultura nas condições da vida urbana, é o processo duplo da presença da aldeia na cidade e da cidade na aldeia, no qual “a construção das identidades das mulheres indígenas as coloca na posição de ter que preservar os valores tradicionais e afirmar sua tradição étnica, ao mesmo tempo em que têm de lutar contra as desigualdades específicas de seu gênero” (SACCHI e GRAMKOW, 2012, p 18). Nesse novo contexto social as mulheres indígenas “trazem toda a sua história sociocultural e misturam com elementos socioculturais urbanos, sem, contudo, perderem suas identidades étnicas” (OLIVEIRA, p.82, 2016).

Apesar dos hábitos alimentares dos não índios terem se tornando comum nas comunidades, todas as mulheres entrevistadas faziam questão de manter os hábitos alimentares indígenas em suas casas, principalmente por não se acostumarem definitivamente com a comida do não índio, apesar de consumi-lo, e como forma de afirmação de suas culturas, e, de acordo com a cosmologia indígena, também faz bem para o espírito e o corpo. A damurida é o prato mais presente na alimentação da família dessas mulheres, principalmente em fins de semana e em datas comemorativas. Também é consumido constantemente o xibé, principalmente nos momentos de trabalho com o artesanato dentro da Kapói.

O processo de afirmação indígena se evidencia ainda nas práticas culturais realizadas no contexto urbano. Todas essas atividades são realizadas nos encontros e eventos da associação para evidenciar que índio é índio, em qualquer contexto. De acordo com Lasmar (2005), a língua nativa também se torna um instrumento de afirmação e se apresenta como um fator importante de pertencimento étnico e marcadores de identidade, e frisa que:

“De uma maneira geral, não seria infundado dizer que os índios recorrem à língua [...] para demonstrar seu pertencimento a um grupo. A língua falada por uma pessoa é o traço mais imediatamente visível de sua identidade social.” (LASMAR, 2005, p.55)

A vida na cidade impõe, de certa forma, a necessidade dos indígenas de afirmar para a sociedade nacional a sua cultura e seus direitos; ser mulher indígena na cidade tem suas dificuldades, os rituais de menarca ainda são levados em consideração nesse novo espaço, a construção do corpo também está associada ao processo de construção da pessoa e de gênero. A menstruação, na cultura indígena das terras baixas da América do Sul, é o ritual de passagem da menina para ser tornar mulher, ou seja, que já está pronta para casar e gerar filhos, e a reclusão é obrigatória para se completar o ritual, deixando a menina, agora mulher, em várias situações de restrições de suas atividades diárias, alimentares e contatos sociais. Como nota Lasmar (2005), tal rito tem por finalidade proteger a saúde da menina por meio de rezas xamânicas, preparando-a para uma nova fase de sua vida (LASMAR, 2005, p.115).

O corpo é algo que necessita de cuidado, portanto a vulnerabilidade ocorre nesta fase da menarca ao mesmo tempo que é constantemente construído e cuidado. Pois não somente na menarca há vulnerabilidade, a gestação também leva a restrições alimentares.

Existe também, como processo de afirmação, a luta por reconhecimento indígena no espaço urbano através do RANI –Registro Administrativo de Nascimento de Indígena, expedido pela Funai, que lhes garante direitos como cidadãos e como índios, que dá acesso principalmente a educação básica e superior. A associação Kapóí luta para tentar facilitar o acesso dos membros e parentes indígenas da cidade ao RANI, que em grande parte vem sendo negado para os que residem na cidade e que já estão inteiramente imersos no modo de vida urbanizado. Souza e Repetto (2007) destacam a dificuldade que muitos indígenas que vivem na cidade tem para conseguir o RANI, impedindo-os de concorrer a vagas especiais para estudar na universidade ou de conseguir bolsas de estudos por exemplo. Para conseguir o indígena precisa provar que é índio, como por exemplo, saber falar a língua materna.

Ao falar sobre aspectos da migração e da presença dos índios urbanos em Boa Vista, Souza (2012) procura explicar que apesar do contato interétnico, onde os indígenas adquirem determinados traços culturais do comportamento urbano, eles procuram manter traços de sua cultura na cidade, como elemento de sua identidade étnica. Reproduzir danças, pinturas, comidas típicas da culinária indígena, rituais e artesanatos indígena são uns dos modos mais comuns do indígena evidenciar sua cultura em meio ao contexto urbano. Para melhor compreensão, entendemos como dois sistemas culturais presentes

que vivem no contexto das relações que são usadas e negociadas de acordo com a necessidade dos sujeitos.

O artesanato indígena, em especial, empreendido em cunho econômico é o que mais dá visibilidade à existência indígena na cidade, onde colares, brincos, cestos entre outros tantos artefatos viram *souvenir* para turistas que visitam a região. Servem como referência também para a identidade étnica, numa região em que se tem a existência de vários povos indígenas, onde cada artefato é característico de um povo, com suas propriedades e significações.

Para as mulheres trabalhar com o artesanato é uma forma de gerar renda para elas, ou como dizem é uma forma de “achar dinheiro”, uma possibilidade que permite autonomia de conseguirem o seu próprio dinheiro. E essa oportunidade de “achar dinheiro” vem por meio do artesanato que fazem, capricham e são criativas. Deixam de ser empregadas domésticas e passam a viver da renda dos artesanatos ou às vezes algumas continuam trabalhando de doméstica e vender artesanato se torna uma renda extra.

As mulheres indígenas tornam suas participações a cada dia mais efetiva no contexto urbano e a produção artesanal também é uma das grandes estratégias para evidenciar a existência e afirmação da cultura de seus povos. Ser mulher indígena nesse contexto é procurar antes de tudo preservar os valores tradicionais e afirmar sua tradição étnica e ao mesmo tempo lutar contra as desigualdades específicas de seu gênero.

Considerações Finais

Para as mulheres Indígenas a experiência de viver na comunidade e na cidade apresentam modos de vida distintos, o que acarreta na transformação da identidade social de cada uma. Na comunidade, se vive em coletivo, igual a um corpo único, ligado por laços de parentesco, um modo de viver de forma que as atividades são divididas e complementadas. Em geral, a identidade sexual e a relação entre os indígenas são marcadas pela divisão das atividades produtivas, onde os homens são responsáveis pela caça e pesca, pela derrubada e preparo das roças, enquanto que as mulheres, pelo plantio dos alimentos e pela confecção da comida cotidiana e ritual. Então, viver na comunidade é estar perto dos seus costumes e tradições, ao passo que na cidade todas esse modo de viver indígena acarretam em transformações, de choque cultural, da barreira de língua e na adaptação nesse novo modo urbano. No entanto, em busca de emprego e melhorias de

vida, se deslocam para a cidade de Boa Vista, e nesse novo espaço procuram se adaptar às normas da cidade.

É importante ressaltar que a memória social dessas melhores evidencia a produção de identidade étnica no espaço urbano, onde suas trajetórias e experiências nesse espaço levam a refletir sobre estratégias de sobrevivência em contextos sociais distintos. Observa-se ainda processos de transformações nas relações de gênero, novas formas de protagonismo feminino, mostrando que as mulheres indígenas, cada vez mais, vêm ocupando espaços públicos, em organizações e associações direcionadas a pensar e propor ações voltadas para a melhoria das suas condições de vida.

Essas mulheres procuram tornar suas participações a cada dia mais efetiva no contexto urbano e a reprodução de hábitos culturais também é uma das grandes estratégias para evidenciar a existência e afirmação da cultura de seus povos. Ser mulher indígena nesse contexto é procurar antes de tudo preservar os valores tradicionais e lutar contra as desigualdades específicas de seu gênero. Apesar de viverem na cidade, suas relações com a comunidade de origem ainda persistem, onde sempre que possível retornam à comunidade para visitar os parentes e vice versa.

Referências

BAINES, S. G. Os povos indígenas Wapichana e Makuxi na fronteira BrasilGuiana região do Maciço Guianense. **Revista Brasileira do Caribe**, São LuisMA, Brasil, Vol. XIII, n. 25, Jul - Dez 2012, pp. 131-157.

CAMARGO, Leila Maria. Do silêncio ao discurso: a condição da mulher indígena em Boa Vista. In: **Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano**. Carmen Lúcia Silva Lima e Carlos Alberto Marinho Cirino (org.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. (p. 213-239).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. IN: **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000, (p.17-35).

CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. Gênero e agência feminina Makuxi. In: **Textos & Debates**. Boa Vista, n.18, p. 93-111. 2013.

DAS, V. **Life and words**. Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos? – A imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: MLAL, 1990.

FRANK, Nelita. **A experiência de mulheres indígenas Wapichana e Macuxi em deslocamentos na fronteira Brasil-Guyana: um estudo sobre gênero e narrativas autobiográficas**. Dissertação de Mestrado. Boa Vista. Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras. UFRR. 2014.

KOCH-GRUNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco**. V.1: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. São Paulo. Editora UNESP, 2006.

LASMAR, Cristiane. **De Volta ao Lago de Leite**. Gênero e transformações no alto rio Negro. São Paulo: Editora da UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**. vol.5, n.2, pp. 31-60. 1999.

MAXIMIANO, C. A, Mulheres Indígenas: Diálogo Sobre a Vida na Cidade. **Ponto Urbe [Online]**, nº13, 2013. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/672>. Acesso em: 27/06/2016.

MELO, Luciana Marinho de. A formação sociocultural de Boa Vista – Roraima e os povos Macuxi e Wapichana da cidade: processos históricos e sentidos de pertencimento. In: **Textos & Debates**. Boa Vista, n.23, p. 115-133, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. A cidade de Boa Vista e os índios urbanos em áreas de fronteira. In: **Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano**. Carmen Lúcia Silva Lima e Carlos Alberto Marinho Cirino (org.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. (p. 75-85).

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, vol.4, nº1. Rio de Janeiro, Apr.1998. (p. 47-77).

SACCHI, A e GRAMKOW, M. M. **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". - Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ FUNAI, 2010.

SANTILLI, P. **Os Macuxi: História e política no século XX**. Campinas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1989.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho de. **Indígenas urbanos de Boa Vista/RR**: aspectos de migração e estado de pobreza. Trabalho apresentado no 1º Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras. Boa Vista. UFRR. 2012.

SOUZA, Eliandro Pedro de. REPETTO, Maxim (orgs.). **Diagnóstico da situação dos indígenas da cidade de Boa Vista – Roraima**. Boa Vista: Gráfica Ióres, 2007.

RIVIÈRE, Peter. **O Indivíduo e a Sociedade na Guiana: Um Estudo Comparativo sobre a Organização Social Ameríndia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.